

Fernando Molica

A gota d'água que afogou Vorcaro

O escândalo do Banco Master tem tudo para ser o que se convencionou chamar de gota d'água, fato isolado capaz de estourar todas as comportas que impediam a explosão de uma correnteza com potencial de arrastar tudo à sua frente.

Daniel Vorcaro é um símbolo da vulgaridade, do deslumbramento e da roubalheira que caracterizam uma razoável parcela de uma elite brasileira, grupo nascido da histórica espoliação do país, herdeiro de incontáveis negociatas financiadas com dinheiro público.

O ex-banqueiro é apenas o destaque principal do abre-alas de um desfile de impropriedades, pilantragens e jogadas que marcam nossa história. Ao longo de séculos, ele e seus cúmplices portam a bandeira que autoriza o uso do Estado para fins privados.

Ao longo de sua curta e, até outro dia, muito bem sucedida carreira, o ex-apresentador de programa de música gospel, comprou autoridades, aplausos e reputação. Construiu, com a ajuda de gente muito bem paga, a imagem de competente, desbravador, indomável, um figurino abençoado pelo batismo nas águas de uma lagoinha onde se multiplicam peixes graúdos, vorazes e insaciáveis.

A construção de um sujeito tão desprezível, que tanto ostentava jatinhos, uísques de não sei quantos anos, e eventos milionários só é possível numa sociedade onde haja muita gente capaz de aplaudir e invejar comportamento tão arrivista.

Gente que, no fundo, almeja também chegar lá, lá no mundo de festas cafonas (uso aqui o adjetivo resgatado pelo escritor Sérgio Rodrigues), comemorações que impressionam pela breguice e pelo desperdício, que parecem saídas do livro “Coisa de

rico”, de Michel Alcoforado. Mais do que festejar, eles querem se exibir, tripudiar da pobreza que ajudam a produzir.

Buscam despertar raivas e cobiças, atuam como caçadores de talentos, procuram pessoas que, diante de tanto deslumbramento, não vacilariam em mandar às favas qualquer escrúpulo de consciência.

Vorcaro, seu parça Fabiano Zettel e todos os seus cúmplices no Banco Central e nos poderes da República são benditos frutos de uma floresta continuamente adubada e renovada há mais de cinco séculos, como escreveu o poeta Affonso Romano de Sant’Anna:

Há 500 anos caçamos índios e operários,
há 500 anos queimamos árvores e hereges,
há 500 anos estupramos livros e mulheres,
há 500 anos sugamos negras e aluguéis.

Há 500 anos, vale acrescentar, cultivamos personagens como Daniel Vorcaro, homens risonhos capazes de mandar quebrar os dentes de quem ouse atravessar seu caminho. Ele não construiu sua trajetória sozinho, como naqueles melodramas, tudo que tem foi conquistado graças à colaboração de terceiros.

Mas ambição tão descarada costuma vir acompanhada de uma espécie de cegueira, de uma ilusão de poder absoluto, incapaz de ser detido. Vorcaro parece ter acreditado na solidez dos seus CDBs de banco imobiliário e nos papéis gelados comprados por estados e municípios.

Achou que, a exemplo do também preso Jair Bolsonaro — que recebeu R\$ 3 milhões de Zettel —, era imbrochável, imorrível e incomível. Ultrapassou o limite da irresponsabilidade, não contou com a gota que faltava pro desfecho da festa.

Tales Faria

Alcolumbre usa sabatina para pressionar Lula contra PF

É como se fosse a continuação de um velho filme com o roteiro adaptado. Poderia se chamar “Pressão de Alcolumbre: a sabatina 2.” Tem em comum com a primeira versão a estratégia de ameaçar derrubar a indicação feita pelo presidente da República para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na primeira versão, em 2021, o atual presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), chefiava a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Já havia comandado a Casa desde 2019 e feito de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) seu sucessor.

Usou o poder de definir a pauta da CCJ para retardar a sabatina do indicado André Mendonça, advogado-geral da União do então presidente da República, Jair Bolsonaro (PL). Ele queria pressionar o governo — e conseguiu — a lhe devolver o controle da distribuição das emendas ao Orçamento.

Para isso, segurou a sabatina por longos três meses. Bolsonaro chegou a reclamar publicamente:

“[Está] lá no forno o nome do André Mendonça. Quem não está permitindo é o Alcolumbre, uma pessoa que eu ajudei na eleição dele. Depois pediu apoio para eleger o Pacheco, e eu ajudei. Teve tudo que foi possível durante dois anos comigo. De repente ele não quer o André Mendonça.”

Em 2025, novamente como presidente do Senado, Alcolumbre quis fazer do parceiro Rodrigo Pacheco ministro do STF. Mas o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), indicou o advogado-geral da União, Jorge Messias.

O presidente do Senado reagiu tirando da gaveta uma pauta-bomba com impacto bilionário sobre os cofres públicos, comandou a derrubada de ve-

tos presidenciais e depenou a legislação ambiental. Mais: marcou a sabatina a jato, para 20 dias após o anúncio da indicação, o que não daria tempo para Messias cabalar votos dos senadores.

Lula resolveu, então, não enviar a mensagem com a indicação ao Congresso até ter a garantia do presidente do Senado de que não iria atrapalhar. Mas, esperava ter resolvido o problema após convidar formalmente Pacheco para ser o candidato do governo federal a governador de Minas Gerais.

Que nada! No meio do caminho a Polícia Federal descobriu um esquema de desvio de verbas de obras do DNIT no Amapá. O empresário Breno Chaves Pinto, segundo suplente do senador, foi flagrado saindo de uma agência bancária no estado carregando R\$ 350 mil em dinheiro vivo.

Um relatório de monitoramento produzido durante a investigação identificou movimentações financeiras atípicas, com sucessivos saques em espécie realizados pouco tempo depois do recebimento de recursos oriundos de contratos públicos. A PF afirmou que Chaves Pinto valia-se “de sua condição de suplente de senador da República para praticar, em tese, o crime de tráfico de influência.”

A sabatina até agora não foi marcada. Alcolumbre suspeita que a PF, na verdade, esteja querendo incriminá-lo. Para o Palácio do Planalto, por causa da suspeita, ele ainda não deu sinal verde para a sabatina de Jorge Messias. É uma forma de pressionar o presidente a interferir a seu favor.

O problema é que, de fato, presidentes da República não podem intervir na PF. Quando o fazem, acabam arrumando encrenra.

EDITORIAL

Os efeitos do subsídio ao petróleo nos cofres

Quando o preço do petróleo sobe no mercado internacional, cresce também a pressão política para conter o impacto nas bombas de combustível. No Brasil, o governo federal frequentemente recorre a medidas emergenciais para evitar que essa alta seja repassada integralmente ao consumidor. Embora tais ações ofereçam alívio imediato, seus efeitos adversos sobre os cofres públicos e sobre o funcionamento do setor energético merecem reflexão.

Uma das estratégias mais utilizadas é a redução ou suspensão temporária de tributos federais sobre combustíveis. À primeira vista, a lógica parece simples: menos impostos significam preços menores nas bombas. No entanto, essa decisão implica uma renúncia significativa de arrecadação. Em um país com grandes demandas por investimentos em saúde, educação, infraestrutura e segurança, abrir mão de bilhões em receitas fiscais significa reduzir a capacidade do Estado de financiar políticas públicas essenciais.

Outra medida recorrente envolve intervenções diretas ou indiretas na política de preços das estatais do setor energético. Ao pressionar para que reajustes sejam adiados ou suavizados, o governo busca proteger consumidores da volatilidade internacional. Contudo, esse tipo de interferência pode gerar distorções relevantes. Quando os preços domésticos deixam de

refletir os custos reais do petróleo no mercado global, o equilíbrio financeiro das empresas pode ser comprometido, afetando sua capacidade de investimento.

Além disso, políticas artificiais de contenção de preços costumam produzir efeitos colaterais no médio prazo. A percepção de maior risco regulatório afasta investidores e reduz o interesse em novos projetos de exploração, refino e logística. Com menos investimentos, o país pode enfrentar limitações na oferta de combustíveis e maior dependência de importações, ampliando justamente a vulnerabilidade às oscilações externas.

Há ainda um aspecto distributivo pouco debatido. A redução generalizada de impostos sobre combustíveis beneficia todos os consumidores, inclusive os de maior renda, que consomem mais gasolina e diesel. Assim, recursos públicos acabam subsidiando amplamente o consumo de combustíveis fósseis, sem necessariamente priorizar os grupos mais afetados pela inflação energética.

Conter os impactos sociais da alta do petróleo é um objetivo legítimo. No entanto, isso exige políticas mais focalizadas e responsáveis do ponto de vista fiscal. Caso contrário, o alívio imediato nas bombas pode se transformar, no longo prazo, em um peso adicional para as contas públicas e para toda a sociedade.

Opinião do leitor

Alerta ao açúcar

Açúcar pode ser tão ruim quanto cigarro. Cientistas defendem que governos passem a impor restrições à venda de alimentos e bebidas como refrigerantes e achocolatados. O produto está ligado a doenças como diabetes, câncer, obesidade e problemas no coração e no fígado. O consumo exagerado mata 35 milhões de pessoas por ano no mundo.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Nilmar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sá e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP CEP 13010-132
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.